



Manuel Ferreira Rodrigues, Universidade de Aveiro

Título: *O empresariado industrial da região de Aveiro dos primeiros decénios do século XX: que mobilidade social?*

Resumo: O inventário das empresas das indústrias transformadoras fundadas, entre 1864 e 1931, num espaço geoeconómico formado por sete municípios – Ovar, Estarreja, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Águeda, Ílhavo e Vagos –, que denominei «sub-região da ria de Aveiro», com base nos fluxos económicos detetados na documentação notarial, permitiu-me reunir e identificar um considerável número de indivíduos que participaram diversamente no processo industrializador do período considerado, quer como simples societários, quer como dirigentes empresariais.

O nascimento do maior número de empresas e de empresários verifica-se durante o primeiro quarto de século de Novecentos, nomeadamente entre 1900 e 1924. Na verdade, em 1911, estavam em atividade 100 unidades industriais; em 1924, esse número já passava das 250. Foram os anos de maior crescimento e que permitem falar de um pequeno «surto industrial», não obstante as limitações já apontadas para o todo nacional (Reis, 1993): predominância de processos de mão de obra intensiva e concentração em bens de consumo de baixa qualidade», como resposta ao «reduzido poder de compra dos consumidores, a escassez de capital, a mão de obra barata, a falta de qualificações e a ausência de uma tradição industrial». Não foi por acaso que apenas duas indústrias visavam o mercado externo com regularidade: as conservas e a pasta de papel. Numa primeira análise esses números parecem refletir o que se passava a nível nacional (Marques & Rollo, 1991): em 1924, os estabelecimentos fabris computavam-se em mais de 25.000, o que representa cerca de três vezes o número registado sete anos antes. A mesma relação – numérica e social – se terá verificado no tocante ao número de indivíduos que investem na indústria ou que se tornam dirigentes industriais.

Com esta proposta de comunicação proponho-me apresentar um reflexão, sustentada pela documentação notarial, pela imprensa local e pelo «método biográfico», sobre a mobilidade social desse grupo heterogéneo, com especial incidência nos anos da I Guerra Mundial e do pós-guerra, quando um significativo número de indivíduos de extração social muito diversificada, marcadamente urbana, decide investir ou envolver-se diretamente na direcção das empresas industriais, ou tão-só como sócios, ou como gestores profissionais. Muitos eram «negociantes» ou «comerciantes», antes de se terem tornado industriais, mas há «capitães da indústria», self-made men vindos da oficina, do

campo, da pesca e de algumas profissões liberais. Sabendo em muitos casos das origens desses empresários, importa agora perceber a forma como esses indivíduos e os seus descendentes evoluem nas décadas seguintes.

O extraordinário movimento de cessões de quotas nos anos 20, além de testemunhar a instabilidade política e económica da conjuntura, parece patentear uma estratégia clara por parte de algumas famílias de assegurarem, no curto prazo, o controlo das empresas, mesmo nas poucas sociedades anónimas criadas no período em apreço. Parece, pois, que a família resistiu ao aparecimento da sociedade anónima e à gestão profissional, numa paisagem dominada pela pequena empresa. Como parece ser essa a razão de a segunda geração não ter formação em engenharia ou economia.

Para tanto, irei procurar esboçar o retrato de cinco dinastias de industriais, procurando perceber a sua mobilidade social, ao longo de três a quatro gerações, as suas relações com o poder político local e nacional e a sua influência no associativismo, tanto no desportivo, como no patronal, para lá das suas relações em países estrangeiros, onde se deslocavam em negócios, ou em passeio, sem esquecer a ideologia que perfilha e o modo de vida.